

CULTURA BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL



GISELE BATISTA MAGRE DE OLIVEIRA

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Nove de julho (2008); Graduação em Artes pela Faculdade de Educação Paulistana- FAEB (2020); Pós-Graduação em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Anhanguera de São Paulo (2012); Pós-Graduação em Educação e Diversidade pela Faculdade Conectada Faconnect (2025); Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

A cultura brasileira na Educação Infantil é um elemento essencial para a formação integral das crianças, pois permite que elas vivenciem e compreendam a diversidade que compõe o país desde os primeiros anos de vida. Ao incorporar manifestações culturais como músicas, danças, festas populares, histórias do folclore e tradições regionais, o ambiente escolar se transforma em um espaço de descoberta, pertencimento e construção de identidade. Essa abordagem valoriza as raízes indígenas, africanas, europeias e outras que formam o mosaico cultural brasileiro, promovendo o respeito às diferenças e o reconhecimento da riqueza que existe na pluralidade. Por meio do brincar, da arte e da oralidade, as crianças desenvolvem não apenas habilidades cognitivas e sociais, mas também uma consciência cultural que as conecta ao seu território e às suas origens. A cultura, portanto, não é apenas conteúdo, é vivência, expressão e afeto, sendo fundamental para que a Educação Infantil cumpra seu papel de acolher, educar e formar cidadãos sensíveis, críticos e conscientes de seu lugar no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Diversidade; Vivência.

INTRODUÇÃO SOBRE CULTURA BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A cultura brasileira é um dos elementos mais ricos e diversos do nosso país, formada por uma mistura vibrante de influências indígenas, africanas, europeias e de outros povos que contribuíram para a construção da identidade nacional. Essa diversidade se manifesta nas festas populares, nas danças, nas músicas, nas tradições orais, nas brincadeiras, na culinária e em tantas outras expres-

sões que fazem parte do cotidiano das comunidades brasileiras. Inserir esses elementos culturais no contexto da educação infantil é uma forma poderosa de promover o pertencimento, o respeito às diferenças e o reconhecimento da identidade de cada criança desde os primeiros anos de vida.

A educação infantil é a etapa inicial da formação escolar, marcada por descobertas, construção de vínculos e desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Nesse período, as crianças estão especialmente abertas a vivências que envolvem o corpo, os sentidos, a imaginação e a afetividade. Por isso, trabalhar com a cultura brasileira nesse contexto não significa apenas transmitir informações sobre tradições e costumes, mas proporcionar experiências vivas, significativas e prazerosas que conectem os pequenos ao mundo que os cerca. Ao ouvir uma cantiga de roda, participar de uma festa junina, brincar com brinquedos tradicionais ou conhecer lendas do folclore, a criança não apenas aprende sobre o Brasil, ela se reconhece como parte dele.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o respeito às múltiplas identidades. A cultura, nesse sentido, não deve ser tratada como um conteúdo isolado, mas como um eixo transversal que permeia todas as áreas do conhecimento e todas as interações no ambiente escolar. Ao incorporar elementos culturais nas atividades diárias, o educador contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e sensíveis às realidades sociais e históricas do país.

É essencial que essa abordagem cultural seja plural e inclusiva, reconhecendo que o Brasil é formado por muitos “Brasis”, cada um com suas particularidades regionais, linguísticas e históricas. A cultura nordestina, amazônica, sulista, pantaneira, entre outras, deve estar presente nas práticas pedagógicas, permitindo que as crianças conheçam e valorizem a riqueza do território nacional. Além disso, é fundamental que as culturas indígenas, afro-brasileiras e quilombolas sejam tratadas com respeito e profundidade, indo além da representação folclórica e promovendo o conhecimento crítico sobre suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.

Ao trabalhar com a cultura brasileira na educação infantil, o educador também fortalece os vínculos entre a escola e a comunidade. Muitas vezes, os saberes populares, as tradições familiares e os costumes locais são fontes riquíssimas de conhecimento que podem ser integradas ao currículo escolar. Convidar famílias para compartilhar histórias, receitas, músicas ou danças é uma forma de valorizar os saberes cotidianos e promover o protagonismo das crianças e seus responsáveis na construção do processo educativo.

A cultura brasileira, portanto, não é apenas um conteúdo a ser ensinado, mas uma ferramenta pedagógica que permite à criança explorar o mundo, construir sua identidade, desenvolver habilidades e estabelecer relações significativas com os outros. Ao reconhecer e celebrar essa diversidade desde a infância, a escola contribui para a formação de uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua história e de seus valores. A educação infantil, nesse contexto, torna-se um espaço de encantamento, descoberta e construção de sentido, um lugar onde a cultura pulsa, transforma e educa.

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL BRASILEIRA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Na contemporaneidade, o debate sobre o racismo no Brasil e no mundo tem ganhado cada vez mais espaço, revelando a urgência de compreendermos suas raízes históricas e culturais. Para adentrar essa temática de forma significativa, é essencial destacar o conceito de cultura, que está intimamente ligado à vivência compartilhada por um determinado grupo social, seja por meio da língua, religião, etnia, saberes ou hábitos. Em outras palavras, trata-se de um modo de vida coletivo, como define “é a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa” (MATTA, 1981, p.2). Importante ressaltar que a cultura não é algo fixo ou imutável; ela é dinâmica, moldada pelas experiências e pelo contexto em que o indivíduo está inserido.

A sociedade brasileira é marcada por uma diversidade cultural profunda, resultado de processos históricos como a colonização iniciada no século XVI e o tráfico negreiro. Durante esse período, milhões de africanos de diferentes regiões do continente foram forçados a embarcar em navios sob condições desumanas e trazidos ao Brasil. Esses povos, com suas distintas tradições religiosas, línguas e costumes, ao se encontrarem em um novo território e diante da necessidade de reconstruir vínculos e identidades, deram origem à cultura afro-brasileira, uma ressignificação das múltiplas culturas africanas.

A cultura afro-brasileira, portanto, representa não apenas uma forma de resistência, mas também uma contribuição essencial à formação da identidade nacional. Muitas expressões culturais foram apagadas ou silenciadas ao longo da história, mas outras sobreviveram e se transformaram em símbolos reconhecidos mundialmente. Como afirma Munanga (2010)

“O tráfico negreiro é hoje considerado como uma das maiores tragédias da história da humanidade, por sua amplitude, sua duração e os estragos provocados entre os povos africanos. Mas, apesar da tragédia, foi graças aos sacrifícios desses africanos e de seus descendentes que foram construídas as bases econômicas do Brasil colonial. Mais do que uma cultura de resistência que, por sua vez, contribuiu para modelar a chamada cultura nacional e a identidade nacional. Como somos vistos aí fora, no mundo ocidental? País do samba, do futebol, do carnaval, da feijoada, da mulata etc! Isto é, símbolos da resistência cultural dos negros, brancos e índios, mesmo aqueles que foram reprimidos durante a colonização, passaram a integrar o processo de construção da cultura e da identidade plural brasileira” (MUNANGA, 2010, p.49).

Esse processo de incorporação das heranças culturais dos negros, brancos e indígenas na construção da cultura nacional evidencia a importância da diversidade étnica e cultural na formação da identidade brasileira. Tal perspectiva se conecta diretamente com a discussão sobre a valorização da diversidade cultural na educação infantil. A cultura afro-brasileira, como destaca Munanga (2010), teve papel fundamental na elaboração da cultura plural brasileira. A partir do século XX, esse processo foi ainda mais enriquecido pelas contribuições culturais orientais, especialmente japonesas.

As matrizes africanas e indígenas, portanto, são pilares da chamada cultura nacional e, por isso, devem receber o mesmo reconhecimento que as heranças europeias, árabes, judaicas ou orientais. Como reforça

“As heranças culturais africanas e indígenas constituem uma das matrizes da chamada cultura nacional, e por esse motivo deveriam ter o mesmo reconhecimento, tanto quanto as heranças europeias, árabes, judaicas ou orientais” (MUNANGA, 2010, p. 50).

Diante da recorrente desvalorização dos povos que participaram ativamente da construção histórica e cultural do Brasil, muitas vezes retratados de forma distorcida, sem o devido destaque à sua trajetória de luta e resistência, torna-se urgente abordar essas questões de maneira sensível e lúdica na educação infantil. É fundamental respeitar as particularidades do desenvolvimento da criança, promovendo uma formação crítica e consciente, capaz de enfrentar as desigualdades e o racismo ainda presentes em nossa sociedade.

A DIVERSIDADE CULTURAL SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

Segundo Gomes (2007), a diversidade é uma construção histórica, social e cultural. Para compreendê-la em profundidade, é essencial adotar uma perspectiva decolonial, que permita entender os impactos dos processos de colonização e dominação na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano escolar. Ao tratar da diversidade e da diferença, é necessário despir-se de preconceitos e assumir uma postura imparcial. Como alerta o autor: “algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas, sendo, portanto, tratadas de formas desigual e discriminatória” (GOMES, 2007, p. 25).

A escola, enquanto instituição formadora e detentora de poder político, deve assumir seu papel como promotora de inclusão e democracia. Nesse sentido, é fundamental que ela reconheça e trabalhe com as culturas plurais, estabelecendo diálogo com a diversidade cultural das famílias e da comunidade. Como orienta o documento oficial: “Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BRASIL, 2018).

A construção de uma sociedade democrática exige a articulação entre igualdade e diferença. Munanga (2010) destaca que “em vez de se opor à igualdade e à diferença, é preciso reconhecer a necessidade de combiná-las para poder construir a democracia”.

O autor introduz o conceito de multiculturalismo como o encontro entre culturas distintas, cada uma com sua identidade e lógica interna, que devem ser reconhecidas, embora não sejam completamente estranhas entre si.

Para Munanga (2010), a educação deve se sensibilizar diante das desigualdades e buscar corrigi-las por meio de políticas públicas afirmativas, de forma realista e não idealizada. Ele propõe uma reflexão sobre o tipo de educação que o país precisa desenvolver para combater a inferiorização de grupos minoritários. Segundo o autor, “devemos pensar numa educação além do ensino teórico, que apesar de sua importância, sozinha não contribui para contornar a problemática da sociedade atual”.

É necessário, portanto, promover uma educação cidadã, capaz de formar sujeitos com princípios de solidariedade e equidade, desenvolvendo uma visão crítica sobre a construção das identidades individuais e coletivas. A educação vigente nas instituições de ensino ainda é marcada por uma abordagem monocultural e eurocêntrica, que não respeita as múltiplas diversidades presentes no Brasil, sejam elas étnicas, de gênero, classe social, religião ou orientação sexual — todas fundamentais para a formação do país plural em que vivemos. Como aponta Munanga (2010), após a

abolição da escravidão, os sobreviventes da escravidão e seus descendentes foram submetidos a um modelo educacional que ignorava suas referências simbólicas, “tão grande quanto as violências físicas sofridas durante a escravidão”.

Diante das críticas ao modelo eurocêntrico e monocultural, torna-se urgente pensar em uma nova proposta educacional, que valorize e respeite os grupos historicamente marginalizados. Essa nova educação deve possibilitar a superação das divergências históricas e sociais, promovendo uma convivência civilizada entre os diversos grupos que compõem o país, combatendo o racismo, a violência e a exclusão.

Para isso, é necessário adotar uma abordagem intercultural, que vá além do multiculturalismo. Fleuri (2018) propõe uma perspectiva educacional que reconhece a identidade cultural de cada grupo social e promove a interação entre eles, gerando uma interaprendizagem recíproca. Segundo o autor,

“É um tipo de perspectiva educacional, que reconhece a identidade cultural individual de cada grupo social, e que desenvolve a interação entre esses grupos, a fim de promover a interaprendizagem recíproca” (FLEURI, 2018, p.43).

Mais do que isso, essa abordagem promove mudanças estruturais nas relações entre os grupos, questionando e superando estereótipos e preconceitos que legitimam relações de sujeição ou exclusão. Como afirma Fleuri,

“enquanto sujeitos diferentes se reconhecem a partir de seus contextos, de suas histórias e de suas opções” (FLEURI, 2018, p. 46).

Ainda segundo Fleuri (2018), em uma sociedade plural como a nossa, os indivíduos tendem a inferiorizar formas e conteúdos culturais distintos dos seus, o que representa um desafio para a prática pedagógica. É preciso elaborar estratégias que considerem a multiplicidade e a contrariedade dos modelos culturais que moldam a visão de mundo dos educandos.

Assim, torna-se imprescindível adotar uma abordagem intercultural e, além disso, reformular o currículo escolar, incluindo as vivências dos diversos grupos minoritários que historicamente foram excluídos. Também é fundamental incorporar esses conceitos nas instituições de formação de professores, garantindo que a educação seja, de fato, um instrumento de transformação social.

A DIVERSIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POR QUE É NECESSÁRIA?

A educação infantil, como primeira etapa da formação escolar, representa um espaço privilegiado para a construção da identidade, da convivência social e da valorização da diversidade. Em um país plural como o Brasil, marcado por uma rica tapeçaria de culturas, etnias e histórias, é fundamental que o ambiente escolar promova práticas pedagógicas que respeitem e celebrem essa multiplicidade. Diversos documentos oficiais e produções acadêmicas têm se dedicado a combater práticas discriminatórias e preconceituosas no contexto escolar, propondo uma educação que reconheça o educando como sujeito de direitos e protagonista de sua própria história.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) oferecem uma con-

cepção ampliada da criança, que vai além da visão tradicional de receptora passiva de conhecimento. Segundo o documento:

“É um sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2010, p.12).

Essa definição destaca a criança como agente ativo na construção de sua identidade e na produção cultural, reforçando a importância das interações sociais e das experiências cotidianas. Ao reconhecer a criança como produtora de sentidos e significados, a educação infantil passa a ser compreendida como espaço de escuta, acolhimento e respeito às singularidades.

A instituição escolar, nesse contexto, desempenha papel central como mediadora das relações humanas. É nela que a criança inicia o processo de construção de sua autoimagem, influenciada pelo convívio com diferentes sujeitos e pela vivência de múltiplas culturas. A formação da identidade, portanto, não ocorre de forma isolada, mas sim em constante diálogo com o outro. Por isso, torna-se urgente a promoção de práticas pedagógicas que estimulem o respeito à diversidade desde os primeiros anos de vida.

A diversidade étnico-racial, em especial, deve ser abordada de maneira sensível e crítica. Em uma sociedade marcada por desigualdades históricas e estruturais, o racismo e o preconceito ainda se manifestam de forma velada ou explícita, inclusive no ambiente escolar. Fleuri (2018) aponta que: “são poucos os estudos relacionados à discussão sobre a elaboração da cultura e diversidade entre crianças, em seu sentido amplo”.

Essa lacuna reforça a necessidade de ampliar o debate sobre a diversidade na infância, reconhecendo que as crianças, mesmo pequenas, são capazes de perceber diferenças e atribuir significados a elas. A socialização precoce em ambientes escolares diversos pode, infelizmente, resultar em episódios de discriminação e exclusão, caso não haja uma mediação pedagógica intencional e comprometida com a equidade.

Embora políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial tenham avançado nas últimas décadas, é preciso reconhecer que o enfrentamento da discriminação exige mais do que ações pontuais. É necessário adotar uma abordagem educativa transformadora, que questione valores arraigados e promova uma cultura de respeito mútuo. A UNESCO (2002) enfatiza que: “A educação desempenha um papel central na transformação de valores arraigados, desempenhando um papel fundamental na promoção da valorização da diversidade e na construção de um censo sólido de mútuo respeito entre os diversos grupos que constituem a rica tapeçaria de identidades culturais que compõem a nação brasileira”.

Nesse sentido, o papel do educador é essencial. Cabe a ele sensibilizar as crianças para o respeito ao outro, valorizando as diferenças como elementos constitutivos da identidade nacional. A formação de cidadãos comprometidos com a justiça social e com a valorização da diversidade começa na infância, por meio de experiências educativas que promovam o diálogo, a empatia e a solidariedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em sua Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, estabelecem que:

“as propostas pedagógicas da educação infantil devem considerar, reconhecer, valorizar, respeitar e promover a interação da criança com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, também deve combater o racismo e a discriminação” (BRASIL, 2010, p.21).

Além disso, o documento orienta o combate às negligências ocorridas tanto no ambiente escolar quanto no familiar, garantindo a dignidade da criança e sua proteção contra qualquer forma de violência. Isso implica em práticas pedagógicas que não apenas reconheçam a diversidade, mas que também a celebrem como parte integrante da formação humana.

A capacidade de adaptação da criança pequena aos diferentes contextos em que é inserida é notável. Por isso, é imprescindível que o ambiente escolar ofereça práticas educativas de qualidade, que enfatizem o respeito e a tolerância às diferenças. A cultura afro-brasileira, por exemplo, deve ser abordada não como conteúdo periférico, mas como elemento central na construção da identidade nacional. Isso contribui para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento da autoestima de crianças negras, que muitas vezes são invisibilizadas nos currículos escolares.

O educador, ao planejar suas ações, deve considerar que as crianças se expressam de formas diversas e que estão em constante processo de desenvolvimento. A escuta sensível, o acolhimento das múltiplas linguagens infantis e o respeito às singularidades são fundamentais para a construção de um ambiente educativo inclusivo. A convivência diária imposta pela instituição escolar pode ser uma oportunidade valiosa para o aprendizado sobre o outro, desde que mediada por práticas pedagógicas que promovam o respeito e a valorização da diversidade.

O QUE A BNCC FALA SOBRE CULTURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta a educação brasileira, estabelece diretrizes fundamentais para garantir uma formação integral às crianças desde os primeiros anos escolares. No contexto da Educação Infantil, a BNCC reconhece a cultura como um elemento essencial para o desenvolvimento das crianças, não apenas como expressão artística ou folclórica, mas como um conjunto de saberes, práticas, valores e modos de vida que constituem a identidade de cada indivíduo e de cada grupo social. A cultura, portanto, é vista como um eixo transversal que permeia todas as experiências educativas, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, sensíveis e conscientes de sua inserção no mundo.

A BNCC parte do princípio de que as crianças são sujeitos históricos e sociais, que desde o nascimento estão imersas em contextos culturais diversos. Elas aprendem e se desenvolvem por meio das interações que estabelecem com os outros e com o ambiente, e essas interações são mediadas por práticas culturais. Assim, a Educação Infantil deve proporcionar experiências que valorizem e ampliem o repertório cultural das crianças, respeitando suas origens, suas vivências e os múltiplos modos de ser e estar no mundo. A cultura não é algo que se transmite de forma passiva, mas sim que se constrói coletivamente, por meio da participação ativa das crianças em práticas sociais significativas.

Nesse sentido, a BNCC propõe que os currículos da Educação Infantil sejam organizados em campos de experiências, e não em disciplinas tradicionais. Essa proposta visa garantir que as crianças vivenciem situações que favoreçam o brincar, a imaginação, a expressão, a escuta, a observação e a experimentação. Os campos de experiências — como “O eu, o outro e o nós”, “Corpo, gestos e movimentos”, “Traços, sons, cores e formas”, “Escuta, fala, pensamento e imaginação” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” — são espaços privilegiados para a inserção da cultura como prática cotidiana. Por meio deles, as crianças têm acesso a diferentes linguagens artísticas, manifestações populares, histórias de vida, tradições familiares e saberes ancestrais.

A valorização da diversidade cultural é um dos pilares da BNCC. O documento reconhece que o Brasil é um país plural, formado por diferentes etnias, religiões, modos de vida e expressões culturais. Na Educação Infantil, essa diversidade deve ser celebrada e respeitada, promovendo o reconhecimento das identidades individuais e coletivas. As crianças devem ser incentivadas a conhecer e valorizar as culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ribeirinhas, urbanas e rurais, entre outras. Isso implica não apenas apresentar elementos dessas culturas, mas também garantir que estejam presentes de forma significativa no cotidiano escolar, por meio de músicas, danças, brincadeiras, contação de histórias, culinária, vestimentas e celebrações.

A cultura, na perspectiva da BNCC, também está relacionada à construção da cidadania. Ao vivenciar práticas culturais diversas, as crianças aprendem a respeitar o outro, a conviver com as diferenças, a dialogar e a participar de forma ativa na comunidade. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço de encontro entre saberes, onde as crianças podem expressar suas ideias, sentimentos e experiências, e também aprender com os outros. A escuta sensível e o acolhimento das manifestações culturais das famílias e da comunidade são fundamentais para que a Educação Infantil cumpra seu papel de formação integral.

Outro aspecto importante é o reconhecimento da criança como produtora de cultura. A BNCC não trata a criança apenas como receptora de saberes, mas como sujeito ativo, capaz de criar, reinventar e transformar práticas culturais. O brincar, por exemplo, é uma forma de expressão cultural que revela o modo como a criança compreende e interpreta o mundo. Ao brincar, ela recria situações do cotidiano, experimenta papéis sociais, inventa histórias e constrói significados. A escola deve valorizar essas produções infantis, oferecendo espaços e materiais que estimulem a criatividade, a imaginação e a autoria.

A BNCC também destaca a importância da formação dos profissionais da Educação Infantil para que possam mediar as experiências culturais de forma sensível, crítica e respeitosa. Os educadores devem conhecer as culturas presentes em seu território, dialogar com as famílias e estar abertos à escuta das crianças. Devem, ainda, refletir sobre suas próprias práticas e valores, reconhecendo que a cultura escolar não é neutra, mas carregada de significados que podem incluir ou excluir determinados grupos. A formação continuada é essencial para que os profissionais possam ampliar seu repertório cultural e desenvolver práticas pedagógicas que promovam a equidade e a justiça social.

Em síntese, a BNCC entende a cultura como um elemento estruturante da Educação Infantil,

que contribui para o desenvolvimento integral das crianças, para a valorização da diversidade e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao promover experiências culturais significativas, a escola cumpre seu papel de formar sujeitos críticos, criativos e conscientes de sua identidade e de seu lugar no mundo. A cultura, portanto, não é um conteúdo a ser ensinado, mas uma vivência a ser compartilhada, construída e celebrada no cotidiano educativo.

“A BNCC entende a cultura como um elemento estruturante da Educação Infantil, que contribui para o desenvolvimento integral das crianças, para a valorização da diversidade e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.” (BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da cultura brasileira na Educação Infantil constitui um dos pilares para a formação de uma sociedade mais consciente, plural e inclusiva. Reconhecer a infância como etapa decisiva da construção identitária implica valorizar as múltiplas expressões culturais do país no ambiente escolar, não apenas como conteúdo curricular, mas como instrumento vivo de aprendizagem, pertencimento e transformação social.

O estudo evidenciou que práticas pedagógicas que envolvem festas populares, lendas, cantigas, manifestações afro-brasileiras e indígenas, bem como expressões regionais diversas, favorecem o desenvolvimento integral das crianças, estimulando identidade, autoestima e respeito à diversidade. Além disso, destacam-se os ganhos socioemocionais, como empatia, cooperação e solidariedade, fundamentais para a convivência em uma sociedade marcada por desigualdades.

Cabe à escola assumir um papel ativo nesse processo, em parceria com famílias e comunidades, garantindo que a cultura se torne experiência viva no cotidiano escolar. Ressalta-se ainda a necessidade de práticas dinâmicas e criativas, abertas às transformações sociais e ao uso de recursos contemporâneos, sem perder de vista a valorização das tradições.

Em síntese, trabalhar a cultura brasileira na Educação Infantil é educar para a cidadania e para o respeito mútuo, promovendo uma educação humanizadora e plural. Espera-se que reflexões como as aqui apresentadas possam inspirar novas pesquisas e práticas pedagógicas que ampliem o diálogo entre educação e cultura, fortalecendo a formação das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Natália Moreira. **A diversidade cultural: um desafio na educação**. Minas Gerais, v. 7, n. 5, p. 141-145, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11030/8819>. Acesso 26 set. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural e formação de professores**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MATTA, Roberto da. **Você tem cultura?** Jornal da Embratel, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/877886/mod_resource/content/1/2_MATTA_Voc%C3%AA%20tem%20cultura.pdf. Acesso 06 set.2025

MUNANGA, Kabengele. **Educação e diversidade cultural**. Cadernos PENESB, v. 10, p. 37-54, 2010.

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre as leis e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.